



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 34/X/3.ª

Aos quinze dias do mês de Abril do ano dois mil e oito reuniu, pelas dezasseis horas, na sala nove, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das Actas n.º 32 e n.º 33;
2. Apreciação e votação do parecer sobre o Projecto de Lei n.º 488/X (CDS-PP), que altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, que define e regulamenta a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar – Relator: Deputado Adão Silva (PSD);
3. Nomeação de relatores:
  - P JL n.º 497/X (PCP) - *Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal, que cabe ao CDS-PP;*
  - P JL n.º 498/X (PCP) - *Garante o acompanhamento pelas associações sindicais de acções inspectivas da autoridade para as condições do trabalho por si solicitadas, que cabe ao BE;*
  - P JL n.º 499/X (PCP) - *Combate a precariedade na Administração Pública e garante aos trabalhadores o vínculo público de emprego, que cabe ao PS;*
  - P JL n.º 502/X (BE) - *Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de doença de Alzheimer (DA), que cabe ao PCP;*
  - P JL n.º 504/X (BE) - *Criação de um esquema de protecção social, em condições especiais, a atribuir às pessoas que sofrem de doença de Parkinson (DP), que cabe ao PS;*
4. Designação de moderadores para o Programa do Seminário “O Direito do Trabalho” a realizar na A.R. no próximo dia 06 de Maio de 2008;
5. Apreciação das propostas do Grupo Parlamentar do PS de visitas à RTP, à Banca e aos CTT;
6. Calendarização da visita às instalações da Águas de Portugal/Águas de Santo André, SA – ETAR da Ribeira dos Moinhos, em Sines;
7. Outros assuntos:
  - Requerimento do Grupo Parlamentar do PSD para agendamento da votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 372/X (PSD) que “Cria o Regime Especial de Protecção de Crianças e Jovens com a Doença Oncológica”.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vítor Ramalho (PS), iniciou a reunião submetendo a votação as actas número trinta e dois e trinta e três, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, dada a ausência do Senhor Deputado Adão Silva (PSD), coube ao Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) apresentar o parecer sobre o Projecto de Lei n.º 488/X (CDS-PP), o qual foi apreciado nos termos regimentais, tendo sido aprovadas por unanimidade as partes I (Considerandos) e III (Conclusões).

No terceiro ponto da Ordem de Trabalhos foram designados relatores do PJI n.º 497/X (PCP), o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP); do PJI n.º 498/X (PCP), a Senhora Deputado Mariana Aiveca (BE); do PJI n.º 499/X (PCP), a Senhora Deputada Isabel Santos (PS); e do PJI n.º 502/X (BE), o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP). No que diz respeito ao PJI n.º 504/X (BE), a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que o PS indicará o relator em momento posterior.

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão deu conta dos moderadores para o Seminário "O Direito do Trabalho" designados pelos grupos parlamentares. Aproveitou ainda para fazer o ponto de situação das entidades que já confirmaram a sua presença no referido seminário, bem como as alterações decorrentes de algumas indisponibilidades. De seguida, informou que o Governo vai apresentar brevemente as propostas de alteração ao Código do Trabalho, pelo que já deverão ser do conhecimento público no dia do seminário. Aludiu ainda às diligências já efectuadas no que diz respeito à deslocação à Covilhã.

No que diz respeito ao quinto ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou novo adiamento deste ponto, dado que o proponente destas deslocações, o Senhor Deputado Costa Amorim (PS) não pode estar presente na reunião. Reunido o acordo da Comissão, o Senhor Presidente da Comissão assentiu no adiamento desta questão para a próxima reunião ficando assente que constaria da respectiva Ordem de Trabalhos.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No sexto e último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão informou que já foi solicitada autorização ao Presidente da Assembleia da República para uma delegação da Comissão se deslocar às instalações da Águas de Portugal/Águas de Santo André, SA – ETAR da Ribeira dos Moinhos, em Sines. No entanto, deu conta da necessidade de ser marcada uma data, tendo sugerido o próximo dia 29 de Abril, o que recebeu o assentimento da Comissão. Foi ainda acordado que o autocarro sairia da Assembleia da República, às 9h e seriam marcadas reuniões no local, às 12h com a administração, às 15h com a comissão de trabalhadores e às 16h com o delegado local da ACT. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) aproveitou para relembrar da importância de solicitar à ACT o relatório relativo à ETAR da Ribeira dos Moinhos.

Finalmente, no último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Comissão leu o requerimento apresentado pelo PSD no sentido de ser agendada a votação na especialidade do Projecto de Lei n.º 372/X, que cria o Regime Especial de Protecção de Crianças e Jovens com a Doença Oncológica.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) solicitou a palavra para referir que o compromisso do PS, já anteriormente afirmado nesta Comissão, é que esta matéria seja debatida em conjunto com outras questões relacionadas com os direitos de assistência dos pais a crianças doentes no contexto da revisão do Código do Trabalho. No entanto, o PS está disponível, se o PSD assim o entender, para iniciar desde já um grupo de trabalho para se começar a debruçar sobre o tema.

O Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) solicitou que o PS esclarecesse que a intenção é debater em conjunto com o Código do Trabalho. Ao que a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) assentiu e reafirmou que se pretende inserir esta matéria no Código do Trabalho no âmbito dos direitos dos pais trabalhadores. O Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) gostaria de relembrar que este projecto foi aprovado em plenário na generalidade por todos os partidos e que agora o PS está a atrasar o processo, o que revela uma total insensibilidade face às crianças com doenças oncológicas.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) alegou que essa interpretação é totalmente abusiva. Na realidade o PS é sensível a estas questões, mas considera que faz mais sentido que esta matéria seja integrada no conjunto dos direitos dos pais e na conciliação



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

da vida privada e profissional em sede de Código do Trabalho, do que ser aprovada de forma avulsa e descontextualizada.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) pediu a palavra para afirmar que o PS revela com esta opinião um desinteresse e um afastamento face à realidade. O PS não pode ter uma opinião, no plenário, que o coloque do lado certo e justo e agora, em comissão, esteja a atrasar a resolução do problema e a mudar de opinião. Porque deste debate resulta muito claro que continuamos a não saber quando é que aparece a proposta de revisão do código do trabalho e isso leva a crer que se estamos condicionados à sua aprovação, nunca mais damos resposta a esta questão que é essencialmente de ordem humanitária.

A Senhora Deputada Mariana Aiveca (BE) solicitou a palavra para afirmar a sua concordância em geral com o exposto pelo Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) e acrescentou que não se aprovam espíritos de leis, mas sim projectos de leis em concreto, pelo que o PS sabia o que estava a aprovar em plenário. Não é aceitável aprovar um projecto de lei e desconsiderá-lo depois, até porque esta questão tem uma certa urgência e não se compadece com a espera pela revisão do Código do trabalho, que nunca acontecerá, no melhor dos cenários, em menos de 4 meses.

A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) referiu que esta matéria é política e não humanitária. Isto é uma questão de direitos. E convém lembrar que esta é uma segunda tentativa de introdução de um projecto lei sobre esta temática, dado que a primeira foi chumbada e a segunda apenas passou porque foram introduzidas alterações. Para o PS só faz sentido tratar desta matéria no conjunto mais global que é o Direito do Trabalho.

O Senhor Deputado Arménio Santos (PSD) referiu que não estava em causa tratar-se de matéria jurídica ou humanitária, mas para o PS há causas fracturantes e importantes e outras bem menos e isso é o que se retira desta questão, que para o PS é obviamente menor. O PSD gostaria de solicitar que fosse reagendado para a próxima reunião esta matéria, altura em que o PSD adoptaria uma posição definitiva.

O Senhor Presidente da Comissão, dado não haver nada a opor pelos restantes membros da comissão, concordou e solicitou aos serviços que fosse inserido na Ordem de Trabalhos da próxima reunião novamente a apreciação deste requerimento.



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A reunião foi encerrada às dezasseis horas e cinquenta minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Abril de 2008.

**O PRESIDENTE,**

**Vítor Ramalho**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Fernando Antunes  
Isabel Santos  
Jorge Machado  
Jorge Strecht  
Luís Rodrigues  
Maria Cidália Faustino  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Pedro Quartin Graça  
Vitor Ramalho  
António Gameiro  
Maria Helena Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Costa Amorim  
Isabel Coutinho  
Pedro Mota Soares